



# (RE)PENSANDO A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

## (RE)THINKING FINANCIAL EDUCATION IN THE CONTEXT OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

**Débora Pereira Cotrim de Almeida** – Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Especialista em Controladoria e Finanças Empresariais (FUNORT). E-mail: [deborapereiracotrim@gmail.com](mailto:deborapereiracotrim@gmail.com)

**Lucas Britto Landim** – Doutor em Engenharia Industrial (UFBA). IF Baiano – Campus Guanambi. E-mail: [lucas.landim@ifbaiano.edu.br](mailto:lucas.landim@ifbaiano.edu.br)

### RESUMO

O presente trabalho propõe-se a analisar o atual cenário da Educação Financeira no Brasil, ressaltando a importância da inclusão dessa temática no currículo da Educação Profissional e Tecnológica, como estratégia para a formação integral do educando. Com o objetivo de compreender o panorama da Educação Financeira escolar, procurou-se analisar documentos norteadores da política pública nacional, identificando os principais avanços e desafios. Neste estudo, constatou-se que a Educação Financeira é um tema relativamente novo no contexto escolar brasileiro, mas que tem se mostrado primordial na formação de sujeitos autônomos e conscientes. Por fim, defende-se sua abordagem de maneira crítica, contextualizada e interdisciplinar.

**Palavras-chave:** Currículo; cidadania financeira; formação integral.

### ABSTRACT

This work aims to analyze the current state of Financial Education in Brazil, highlighting the importance that comes with including this topic in the Professional and Technological Education curriculum, as a strategy for the comprehensive training of students. With the aim of understanding the panorama of Financial Education in schools, we sought to analyze documents guiding national public policy, identifying its main accomplishments and challenges alike. In this study, it was found that Financial Education is a relatively new topic in the Brazilian school system, but it has proven to be essential for the formation of more autonomous and critically thinking students. In the end, its approach is defended in a critical, contextualized and interdisciplinary way.

**Keywords:** Curriculum; financial citizenship; comprehensive training.



Trilhas está licenciada sob a licença **Creative Commons Attribution 4.0 International License**.

## INTRODUÇÃO

A Educação Financeira vem ganhando espaço cada vez maior nos debates e políticas públicas nacionais e internacionais, uma vez que se constitui em um dos pilares para a inclusão social dos cidadãos de um país. Nesse sentido, contemplar a Educação Financeira no contexto da Educação Básica, especialmente nos cursos técnicos de Educação Profissional e Tecnológica, pode contribuir para a formação integral do educando, promovendo a construção de sua autonomia intelectual e consciência crítica.

É evidente o escasso conhecimento da população em geral no que se refere a conceitos básicos de economia, finanças pessoais, produtos financeiros, investimentos, empreendedorismo etc., resultando em escolhas de vida menos conscientes. Nesse sentido, surgem alguns questionamentos que geram profundo incômodo e contribuíram para a escolha da temática de estudo: Por que as pessoas ainda precisam pagar os juros impostos pelo sistema financeiro? Por que ainda utilizam o cheque especial e rotativo do cartão de crédito com taxas de juros altíssimas? Por que não conseguem fa-



zer uma reserva financeira e só conseguem comprar algo por meio de financiamentos? Por que não conseguem negociar para obterem melhores descontos nas compras à vista? Por que encaram com naturalidade o alto endividamento e inadimplência financeira? Por que não se preocupam em como viverão no futuro e na velhice, em como manterão o padrão de vida pós- aposentadoria? Parece faltar controle financeiro a uma grande parcela da população! Até mesmo pessoas bem esclarecidas, com formação superior e faixa de renda elevada tendem a não realizar um planejamento financeiro eficiente. Seria esta falta de autonomia um problema cultural ou falta de investimentos em pesquisa e educação? Teríamos uma realidade diferente no país caso a Educação Financeira fosse encarada com a devida prioridade em todos os níveis e modalidades da Educação?

Segundo Secco (2014, p.4), “Não é um hábito cotidiano, não faz parte da cultura do brasileiro realizar planejamentos financeiros, falar sobre dinheiro, especialmente com crianças e jovens”. O Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), um estudo comparativo internacional que analisa as habilidades e competências essenciais de estudantes na faixa etária de 15 anos, revelou que o desempenho do Brasil em letramento financeiro está bem abaixo da média dos países que participaram na avaliação em 2018 (OECD, 2019) [Tabela 1].

**Tabela 1** – Desempenho em alfabetização financeira nos países e economias participantes.

Country/Economy	Mean score	Percentage of students	
		Below Level 2 (low achievers)	Level 5 (top performers)
Estonia	547	5.3	19.0
Finland	537	9.9	19.9
Canadian provinces	532	8.8	16.7
Poland	520	9.5	11.8
Australia	511	15.6	14.1
United States	506	16.0	12.4
Portugal	505	14.0	8.3
OECD average	505	14.7	10.5
Latvia	501	10.6	6.1
Lithuania	498	14.2	7.7
Russian Federation	495	14.4	6.3
Spain	492	15.0	5.7
Slovak Republic	481	21.2	7.2
Italy	476	20.9	4.5
Chile	451	30.2	3.0
Serbia	444	33.2	2.5
Bulgaria	432	38.5	2.4
Brazil	420	43.6	1.9

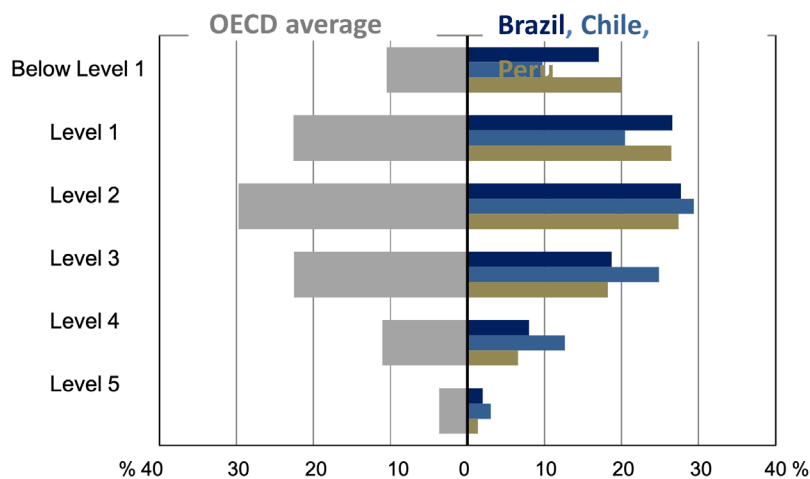


Peru	411	46.4	1.4
Georgia	403	49.8	0.7
Indonesia	388	57.4	0.3

Countries and economies are ranked in descending order of their mean score. Fonte: OECD PISA 2018 Database, Tables IV.B1.2.1 and IV.B1.2.4.

Segundo resultados divulgados pela OCDE referentes ao PISA 2018, estudantes no Brasil obtiveram pontuação abaixo da média dos países e economias que foram avaliados em letramento financeiro. Com pontuação média de 420 pontos, o Brasil ocupava a 17ª posição entre os 20 países e economias analisados (estando à frente apenas do Peru, Geórgia e Indonésia). Cerca de 2% dos estudantes no Brasil apresentaram melhor desempenho em alfabetização financeira (Nível 5), o que significa que são proficientes (em comparação com 10%, em média, nos países e economias participantes). “Esses alunos podem analisar produtos financeiros complexos, resolver problemas financeiros não rotineiros e mostram uma compreensão do cenário financeiro mais amplo” (OECD, 2019, p.1, tradução nossa). Cerca de 44% dos alunos brasileiros não alcançaram o nível básico de proficiência (Nível 2) em comparação com 15%, em média, de todos os países avaliados [Figura 1].

**Figura 1** – Percentual de alunos em cada nível de proficiência em alfabetização financeira.



Fonte: OECD, PISA 2018 Database, Table IV.B1.2.4.

Para agravar essa situação, a crise econômica desencadeada em todo o mundo após a pandemia da COVID-19, revela ainda mais a necessidade das economias e seus cidadãos estarem preparados para lidar com imprevistos, mantendo o equilíbrio financeiro. Diante do cenário pandêmico houve desaceleração da economia e elevação das taxas de juros, levando ao fechamento de muitas empresas e demissões em massa, fatores que somados à ausência de educação financeira dos indivíduos, propiciaram um aumento nos percentuais de endividamento das famílias.



A cada 10 famílias brasileiras, 8 têm dívidas. Essa tem sido a taxa média de endividamento das famílias, medida pela Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Em abril de 2023, 78,3% dos núcleos familiares do país tinham dívidas. Em 2022, a média total foi de 77,9%, valor recorde desde que esse levantamento começou a ser feito, em 2011. (CNC, 2024)

A ausência de Letramento ou Educação Financeira entre as crianças e adolescentes, especialmente no ambiente escolar, resulta em famílias mais vulneráveis, despreparadas para tomar decisões financeiras de forma consciente. Tal cenário nos leva a reconhecer a Educação Financeira como elemento necessário para a estabilidade econômica do país e para a qualidade de vida dos cidadãos.

Frente ao exposto, o presente artigo tem como principal objetivo discutir sobre a relevância da Educação Financeira como estratégia para a formação integral do aluno da Educação Profissional e Tecnológica. Para isso, buscou-se analisar documentos normativos que compõem as políticas públicas educacionais no Brasil, no intuito de verificar o que estes recomendam ou orientam quanto ao trabalho com Educação Financeira, bem como refletir sobre a sua presença no currículo e propostas pedagógicas das Instituições.

## METODOLOGIA

Para fundamentar este estudo, utilizou-se uma abordagem qualitativa, conduzida pela metodologia de revisão de literatura ou bibliográfica. Foram analisados conteúdos de artigos científicos, teses e dissertações já publicadas sobre o tema, além de documentos e sites oficiais, seguindo as etapas de pré- seleção, exploração e tratamento de resultados.

Na primeira fase da pesquisa buscou-se coletar materiais por meio de descritores e palavras-chave mais gerais que permitissem analisar conceitos de Educação Financeira em diferentes contextos sociais. Em seguida, foi necessário afinar os descritores com o fim de delimitar a temática especificamente à área de educação. Optou-se por estudos que explorassem a Educação Financeira nos níveis e modalidades da educação formal. Num momento posterior de busca de dados adotou-se a utilização do operador booleano (AND), como forma de garantir que os trabalhos acadêmicos encontrados estariam articulando o tema com a Educação Profissional e Tecnológica e a formação integral do educando.

A partir desta análise inicial, montou-se uma lista com 15 estudos, adotando-se como critério de inclusão/exclusão o título, o resumo e palavras-chave de maior relevância e correlação com o problema da pesquisa. Nesta seleção bibliográfica foram priorizados estudos mais recentes, publicados entre os anos 2012 e 2024 no idioma português e promovidos por universidades brasileiras. O levantamento foi realizado exclusivamente em bases de dados e sítios eletrônicos disponibilizados na internet: Google Acadêmico, Biblioteca SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este tópico está estruturado em três seções, começando com conceitos e um breve histórico sobre a Educação Financeira no contexto escolar brasileiro. Na segunda seção faz-se uma análise sobre os documentos oficiais elaborados pelo MEC que explanam sobre a Educação Financeira. Por fim, a terceira seção aborda os principais desafios e caminhos para estabelecer a Educação Financeira na prática pedagógica da Educação Profissional e Tecnológica, de modo a garantir a formação integral do educando.

### Educação Financeira: Alguns Conceitos

No plano internacional, a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) é a principal referência no que tange à produção de conteúdos e iniciativas voltadas para a Educação Financeira. A organização incorporou ao PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) questões de Educação Financeira, com o objetivo de incentivar que seus países membros e parceiros-chaves incluam conteúdos relacionados a essa temática nos currículos escolares (OCDE, 2018, p. 28).

No final de 2009, o Rio de Janeiro recebeu a OECD - Brazilian International Conference on Financial Education, ocasião em que se reafirmou o objetivo de aumentar o conhecimento e as competências financeiras de estudantes na escola (Cunha, 2020). Definiu-se ainda, os parâmetros que deveriam orientar as ações de Educação Financeira nas escolas:

ela deveria preferencialmente ser desenvolvida por meio de um programa planejado e coerente, receber recursos adequados, envolver avaliação rigorosa, ser oferecida tão cedo quanto possível, ser incluída no currículo escolar como elemento obrigatório (como tema em si ou incorporado a outros temas) e focar no desenvolvimento de atitudes, habilidades, conhecimento financeiros, bem como comportamentos financeiros responsáveis (OCDE, 2010, p. 6 *apud* Cunha, 2020, p.4).

O conceito de Educação Financeira definido pela OCDE e adaptado para o nosso país e idioma consiste em:

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (OCDE, 2005, p. 4).



No Brasil, a temática da Educação financeira assumiu destaque como política de Estado após a publicação do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). A partir de então, diversas ações e projetos foram desenvolvidos por órgãos e entidades públicas em conjunto com a sociedade civil, a fim de elaborar conteúdos e metodologias relacionados à Educação Financeira para a educação básica, especialmente no Ensino Fundamental e Médio. Segundo a OCDE (2018, p. 28), a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), tem por objetivo “promover a educação financeira e a segurança social, aumentar a capacidade do cidadão para fazer escolhas conscientes sobre a administração de seus recursos, contribuindo para a manutenção de um sólido mercado financeiro [...]” É importante ressaltar que, em 09 de junho de 2020, foi sancionado pelo poder executivo o decreto nº 10.393, que instituiu a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF (BRASIL, 2020), revogando e substituindo o Decreto 7.397/2010, até então vigente. A partir da publicação do novo decreto, a coordenação dos programas da nova ENEF passou a ser responsabilidade do Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF, que tem o papel de contribuir para o fortalecimento da cidadania e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes.

O Banco Central do Brasil, responsável por regular e fiscalizar o sistema financeiro nacional (SFN), afirma que a Educação Financeira é o caminho para prover os cidadãos de conhecimentos e informações essenciais que influenciarão em seus comportamentos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das famílias e por fim, promovendo o desenvolvimento econômico. Este órgão ainda amplia o conhecimento de Cidadania Financeira:

conceito que diz respeito ao exercício de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros – e seus pilares: inclusão financeira, educação financeira, proteção do consumidor de serviços financeiros e participação do cidadão no diálogo sobre o sistema financeiro (Banco Central do Brasil, 2020, p. 5).

Nesta concepção, a Educação Financeira é entendida como um dos pilares que sustenta a Cidadania Financeira, sendo necessária para garantir direitos fundamentais ao indivíduo como saber gerenciar seus próprios recursos, entender e falar sobre dinheiro e finanças, receber orientações adequadas de modo a reduzir sua vulnerabilidade e a exposição a riscos.

Contudo, compreendendo que o foco principal da Educação Financeira deve ser a formação de estudantes no ambiente escolar e não de consumidores em geral, Silva e Powell declaram que:

A Educação Financeira Escolar constitui-se de um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem (2013, p. 12-13).



Ainda sobre a Educação Financeira escolar, as autoras Vieira, Oliveira e Pessoa discordam do modelo bancário, que se baseia na simples tarefa de ensinar o aluno a poupar hoje para usufruir amanhã. Elas defendem que:

uma verdadeira EF (Educação Financeira) vai muito além dessas questões, buscando desenvolver a consciência crítico-reflexiva nos educandos por meio de uma aprendizagem contextualizada, frente às questões do cotidiano e as relacionadas a querer versus precisar, consumismo, sustentabilidade, poupança, tomada de decisão, reflexões sobre as influências da mídia no consumo, entre outras (2019, p. 66).

Nessa perspectiva crítica, espera-se que a Educação Financeira escolar não esteja vinculada apenas aos conhecimentos das áreas de Economia ou Matemática, mas deve ser construída com práticas investigativas, dinâmicas e colaborativas, envolvendo diferentes áreas do conhecimento, em situações contextualizadas com a realidade dos alunos, contribuindo assim para a formação de novas competências, atitudes e valores.

### **Educação Financeira Escolar: Uma Breve Análise Documental**

Nesta seção busca-se verificar as principais orientações pedagógicas acerca da Educação Financeira em documentos nacionais como: Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997); Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2021); Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018).

No Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são diretrizes elaboradas pelo Governo Federal com o objetivo principal de orientar os educadores por meio da normatização de alguns aspectos relativos a cada disciplina. Embora não sejam obrigatórios, os PCNs servem como norteadores para a equipe pedagógica, que podem adaptá-los às particularidades locais. Ao consolidar os Parâmetros Curriculares Nacionais, o Ministério da Educação teve como propósito “apontar metas de qualidade que ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres” (BRASIL, 1997, p.4). Este documento também estabelece a necessidade de trabalhar alguns Temas Transversais para que a escola possa cumprir sua função social e, com a finalidade de direcionar a atuação pedagógica, foi elaborado um documento específico para cada tema transversal, sendo eles: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, escolhidos por envolverem problemáticas sociais atuais e urgentes, de abrangência nacional e caráter universal.

Apesar de não mencionar especificamente a temática da Educação Financeira, os Parâmetros estabelecem que, além dos temas apresentados, cada escola pode desenvolver projetos envolvendo outras questões consideradas de relevância para a comunidade local:



Temas relacionados à educação do consumidor, por exemplo, são contextos privilegiados para o desenvolvimento de conteúdos relativos à medida, porcentagem, sistema monetário, e, desse modo, *podem merecer especial atenção no planejamento de Matemática* (BRASIL, 1997, p.24).

Refletindo ainda sobre as relações de consumo, os PCNs ressaltam a importância de utilização dos conhecimentos matemáticos em situações do dia a dia relacionadas aos direitos do consumidor, como análise da composição, quantidade e qualidade dos produtos (custo x benefício), para que se possa criar estratégias de proteção contra a propaganda enganosa e apelos do marketing a que os prováveis consumidores são submetidos (BRASIL, 1997, p.35).

De acordo com Souza *et al*,

As temáticas relativas ao trabalho e o consumo já deveriam ser abordadas nas escolas brasileiras, como propuseram os PCNs, mas, muitas vezes, essas temáticas foram ignoradas, e quando expostas, eram abordadas apenas de forma superficial ou descontextualizada e o aprofundamento era evitado (2021, p. 16)

Esta autora ainda acrescenta que nas últimas décadas, os poucos estudiosos que tratavam do tema sempre reduziam a Educação Financeira a um componente da área de Administração, Matemática Financeira ou de Economia e Mercado e a abordagem era feita com linguagem pouco acessível, com uso de terminologias de difícil compreensão para o público com menor grau de instrução.

No contexto atual, percebe-se que muitos jovens e adolescentes ainda chegam à última etapa da Educação Básica, ou seja, ao Ensino Médio e Educação profissional, com pouco ou nenhum conhecimento sobre Educação Financeira, por não terem tido contato ou se familiarizado com a temática no ambiente escolar nas etapas anteriores de formação. Isso tem impactado negativamente a realidade destes jovens justamente no momento de vida em que começam a experiência com o primeiro emprego e as primeiras decisões financeiras.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (DCNs) - definidas pelo Conselho Nacional de Educação - dispõem em seu Art. 2º:

A Educação Profissional e Tecnológica é modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes (BRASIL, 2021. p.1)

Portanto, a Educação Profissional e Tecnológica pode desenvolver-se de forma articulada com as etapas e as modalidades da Educação Básica, bem como da Educação Superior ou por diferentes estratégias de formação continuada, em instituições credenciadas para sua oferta.





A Resolução CNE/CP N°1/2021 esclarece em seu Art. 20. Inciso 1º:

Quando o curso de que trata o caput for oferecido na forma integrada ou na forma concomitante intercomplementar ao Ensino Médio devem ser consideradas as aprendizagens essenciais da *BNCC do Ensino Médio*, asseguradas aos estudantes como compromisso ético em relação ao desenvolvimento de conhecimentos, expressos em termos de conceitos e procedimentos, de habilidades, expressas em práticas cognitivas, profissionais e socioemocionais, bem como de atitudes, valores e emoções, que os coloquem em condições efetivas de propiciar que esses saberes sejam continuamente mobilizados, articulados e integrados, expressando-se em competências profissionais essenciais para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania no mundo do trabalho e na prática social (BRASIL, 2021, p. 8)

Em 2018, foi finalizada e publicada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio, referência atual para a elaboração dos currículos em território nacional. Este documento normativo determina o conjunto de aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas com base em competências gerais e específicas para esta etapa de ensino.

Os objetos do conhecimento (conteúdos) são esquematizados em unidades temáticas. Para garantir o desenvolvimento das competências esperadas, também são definidos um conjunto de habilidades que se deve assegurar aos alunos, como “aprendizagens essenciais”. Por exemplo, ao longo da última etapa da Educação Básica, o Ensino Médio, os alunos precisam desenvolver habilidades de maior complexidade que envolvem:

Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica (índice de desenvolvimento humano, taxas de inflação, entre outros), investigando os processos de cálculo desses números, para analisar criticamente a realidade e produzir argumentos (BRASIL, 2018, p.525).

Planejar e executar ações envolvendo a criação e a utilização de aplicativos, jogos (digitais ou não), planilhas para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros compostos, dentre outros, para aplicar conceitos matemáticos e tomar decisões. (BRASIL, 2018, p. 526).

Percebe-se nestes recortes, que a Base Nacional inclui conceitos de Educação Financeira, reconhecendo a importância de levar os estudantes a estabelecerem noções de finanças e consumo. Além de compor algumas unidades temáticas principalmente da área de Matemática e suas Tecnologias, a BNCC apresenta a Educação Financeira como um tema transversal, permitindo que esta seja integrada às diversas áreas do conhecimento ou componentes curriculares já existentes, extrapolando o campo da Matemática, numa perspectiva interdisciplinar:

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: [...] saúde, vida familiar e social, **educação para o consumo, educação financeira e fiscal**, tra-



balho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/201023). Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada (BRASIL, 2018, p. 19-20, grifo nosso).

A Educação Financeira, prevista na BNCC como um tema contemporâneo e relevante, passa a integrar os currículos escolares em todos os níveis e modalidades da Educação Básica. Em consonância com Souza (2021, p. 14), “esse é, inegavelmente, um avanço do qual colheremos os frutos daqui a alguns anos”. O texto da BNCC promoveu um significativo progresso ao contemplar a Educação Financeira em todos os ciclos do Ensino Fundamental e Médio, de modo a garantir “aprendizagens essenciais” para estudantes tanto em estabelecimentos de ensino públicos como privados.

Esta conquista certamente propicia uma educação mais comprometida com o desenvolvimento integral (global) do ser humano e assume papel fundamental para garantir uma prática pedagógica contextualizada à realidade dos estudantes de todo o país.

Neste sentido, Campos reforça que a Educação Financeira escolar,

“Além de discutir as tomadas de decisões financeiras, proporciona conexões com temas, como ética, questões ambientais e sociais, desperdício e sustentabilidade. Dessa forma, podemos contribuir com a formação de um indivíduo mais reflexivo” (2012, p. 169).

Na perspectiva de Gonçalves e Neves (2021), a Educação Financeira “se trabalhada como tema transversal no ambiente escolar, pode contribuir para o desenvolvimento de valores, conhecimentos e competências importantes na condução de uma vida financeira autônoma dos estudantes” (p.5). Estes pesquisadores defendem que “inserir essa temática na educação formal, sobretudo na EPT, pode ser uma maneira eficiente de contribuir na construção da autonomia dos estudantes, visando sempre sua emancipação” (p.14).

## Desafios aos Educadores e Equipes Pedagógicas

A BNCC propõe a superação da fragmentação disciplinar do conhecimento (interdisciplinaridade) e estimula a aplicação dos conceitos na realidade do aluno para dar sentido ao que se aprende (contextualização). Além disso, frisa a importância do protagonismo do estudante no processo de aprendizagem e na construção do seu projeto de vida. Com a homologação deste documento normativo, as redes e instituições de ensino tiveram diante de si a tarefa de elaborar currículos com base nas aprendizagens essenciais estabelecidas, visando a formação integral do ser humano.



A BNCC reconhece que a Educação Básica deve conduzir o aluno à formação e desenvolvimento global:

Neste sentido, cabe às escolas de Ensino Médio contribuírem para a formação de jovens críticos e autônomos, entendendo a crítica como a compreensão informada dos fenômenos naturais e culturais e a autonomia como a capacidade de tomar decisões fundamentadas e responsáveis” (BRASIL, 2018, p. 463).

Cientes dos evidentes ganhos decorrentes da inserção da Educação Financeira na Base Nacional Comum Curricular, há que se pensar na capacitação e formação continuada dos profissionais da educação, que são a “mola propulsora” para que o trabalho com a Educação Financeira aconteça de forma efetiva em sala de aula. É indiscutível nesse processo o papel do professor, como mediador, pois sua responsabilidade é proporcionar aos estudantes situações de aprendizagem que os instiguem a pensar, refletir criticamente e construir conhecimentos para tomar suas próprias decisões.

De modo geral a BNCC é um documento novo para os educadores. A sua versão final foi homologada em dezembro de 2018. No ano de 2019 as escolas e redes de ensino tiveram que realizar a revisão de seus currículos e Projetos Pedagógicos, tendo a BNCC como referência. Assim, a BNCC chegaria oficialmente às salas de aulas e alunos de todo o país no ano de 2020. Contudo, a pandemia da Covid-19 teve seu agravamento justamente nos anos de 2020 e 2021, causando a interrupção ou desorganização dos esforços que estavam em curso para a implementação da BNCC. Outras demandas e prioridades surgiram neste período de crise, tornando ainda mais desafiadora a realidade de educadores e educandos.

Desta forma, chegou-se ao ano de 2022, num cenário pós pandemia (alcançado pela vacinação de grande parcela da população), com muitos déficits e prejuízos à educação, acentuando ainda mais as desigualdades econômicas, a evasão escolar e defasagens na aprendizagem em todo o país. Este contexto desafiador reforçou aos gestores educacionais, coordenadores e professores a necessidade de fortalecer ainda mais o planejamento, a execução e o acompanhamento da formação continuada, considerando o aprimoramento das práticas pedagógicas nas instituições educativas.

Para ensinar o que está previsto na BNCC é importante que professores e coordenadores pedagógicos discutam, troquem experiências e boas práticas. A formação continuada dentro da escola e o trabalho pedagógico conjunto, podem ser momentos formativos enriquecedores. Os pesquisadores Coutinho, Assis e Giordano defendem a construção da Educação Financeira escolar na perspectiva da Educação Crítica por meio de práticas investigativas, dinâmicas e colaborativas em situações contextualizadas com a realidade dos alunos:

Acreditamos que uma proposta dessa natureza necessite do envolvimento de várias disciplinas, do emprego de metodologias ativas de ensino, de uma abordagem interdisciplinar, da utilização de novas tecnologias, da formação de professores, de novos materiais didáticos, mas acreditamos também que nada disso acontecerá em nível nacional sem políticas governamen-



tais mais efetivas” (2019, p.8).

É preciso reconhecer que, além de políticas públicas bem estruturadas, para que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados precisa-se de educadores preparados. Isso significa investir tempo em desenvolvimento profissional. Neste sentido, Oliveira reforça:

Com as novas demandas sociais, a necessidade de mudança de paradigma, o enfrentamento das dificuldades frente a um novo conhecimento a ser ensinado gera barreiras e inseguranças que a formação, seja ela inicial ou continuada, precisa dar conta, para que assim, sejam oportunizadas no âmbito da sala de aula, discussões pertinentes para a compreensão da temática pelos alunos (2017, p. 47).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento deste trabalho ficou evidente que a partir de 2010, com a promulgação do decreto nº 7.397, que instituiu Estratégia Nacional de Educação Financeira, este tema começou a ganhar maior repercussão no contexto educacional brasileiro. Contudo, é fundamental a compreensão das ideologias presentes nesta iniciativa, uma vez que a Educação Financeira precisa ser abordada numa visão crítica da realidade do aluno, a partir dos interesses do cidadão e não do sistema financeiro, tendo como principal preocupação a sua emancipação.

Os Parâmetros Curriculares e as Diretrizes Curriculares Nacionais deixaram muitas lacunas, indicando ainda pouca valorização para a inserção desta temática nos currículos escolares e planos de curso. O maior ganho desde então, foi a sua presença explícita na BNCC para o ensino Fundamental e Médio, documento já em vigor.

Fica claro que evoluímos, mas também que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Atualmente, há uma vasta quantidade de artigos e dissertações que abordam a relevância de se incluir a Educação Financeira no currículo escolar desde a Educação Básica. Contudo, faz-se necessário reduzir a distância que existe entre o conhecimento que é produzido pelos trabalhos acadêmicos e a prática docente. É preciso que tais propostas de trabalho cheguem de fato às salas de aula brasileiras. Vale ressaltar que os estudos voltados para a inserção do tema no ambiente escolar ainda são recentes no Brasil e muito restritos à área da Matemática. Percebe-se assim, a necessidade da ampliação das discussões e da elaboração de novos materiais e metodologias a serem utilizados pelos professores em sala de aula. Espera-se que este trabalho possa estimular o pensamento reflexivo, a busca e compartilhamento de novos saberes e alternativas para que a Educação Financeira seja explorada de forma consistente na educação formal, especialmente na EPT.

Finalmente, cumpre destacar que os efeitos de um projeto efetivo em Educação Financeira possuem horizontes de longo prazo. Os impactos positivos desta abordagem poderão ser sentidos no futuro, quando as próximas gerações terão a possibilidade de usufruir e de relatar dados transformadores para a nossa nação.



## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira** – Gestão de Finanças Pessoais. Brasília: BCB, 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Endividamento de Risco no Brasil: Conceito e indicadores. **Série Cidadania Financeira: Estudos sobre Educação, Proteção e Inclusão**, n. 6, p. 5-27, jun. 2020.

BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2010.

BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 10.393, de 09 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 13 dez. 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CP 1/2021. **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 de janeiro de 2021, Seção 1, pp. 19-23.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

CAMPOS, Marcelo Bergamini. **Educação Financeira na Matemática do Ensino Fundamental: uma análise da produção de significados**. Nov. 2012. 179 f. (Dissertação de Mestrado). UFJF. Juiz de Fora. Disponível em: [marcelobergamini.com.br/pdf/ufjf.br](http://marcelobergamini.com.br/pdf/ufjf.br). Acesso em: 21 fev. 2024.

CNC. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor** (Peic). Disponível em: [https://portaldocomercio.org.br/publicacoes\\_posts/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-perfil-do-endividamento-anual-2023/](https://portaldocomercio.org.br/publicacoes_posts/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-perfil-do-endividamento-anual-2023/). Acesso em: 30 mar. 2024.

COUTINHO, Cileda; ASSIS, Marco Rodrigo; GIORDANO, Cassio Cristiano. Educação financeira e a base nacional comum curricular. Em Teia – **Revista de Educação Matemática e Tecnológica de Iberoamericana** – vol. 10 – n. 3 - 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/download/241442/pdf>. Acesso em 14 fev. 2024.

CUNHA, Márcia Pereira. O mercado financeiro chega à sala de aula: Educação Financeira como política pública no Brasil – Educação e Sociedade: **Revista de Ciência da Educação**. Campinas, v. 41, e218463, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.218463>. Acesso em: 18 fev. 2024



GONÇALVES, Marina; NEVES, Rafael Felipe Coelho. Educação Financeira como estratégia na formação integral dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v.1, n.20, p.e10019, 2021. DOI: 10.15628/rbept.2021.10019. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/10019> Acesso em: 9 mar. 2024.

OCDE. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial education and Awareness**. Recommendation of The Council. July, 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2024.

OCDE. Trabalhando com o Brasil. **Políticas melhores para uma vida melhor**. Mar. 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/brazil/Active-with-Brazil-Port.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2024

OCDE. **Resultados do PISA 2018 (Volume IV): Os estudantes são inteligentes em relação ao dinheiro?** PISA OECD, Paris, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/48ebd1ba-en>. Acesso em: 27 maio 2024.

OLIVEIRA, Anaelize dos Anjos. **Educação financeira nos anos iniciais do ensino fundamental: como tem ocorrido na sala de aula?** 2017. 160 f. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco - Recife. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32214>. Acesso em: 13 dez. 2022.

SECCO, Renata L. "Importância da educação financeira na infância: uma revisão de literatura". **Observatório de la Economia Latino-americana**, n.203, 2014. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/erv/observ/y2014i20314.html>. Acesso em: 30 mar. 2024.

SILVA, A. M.; POWELL, A. B. Um Programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. XI Encontro Nacional de Educação Matemática. **Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática**, Curitiba, 2013.

SOUZA, Amélia Jandrea de et al. **Educação financeira nas escolas: uma exigência contemporânea. E agora, como fazer?** 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Manaus, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/715>. Acesso em: 07 abr. 2024.

VIEIRA, Glauciane da S.; OLIVEIRA, Marilene Severina de; PESSOA, Cristiane dos Santos. Educação financeira: análise dos cadernos do MEC para os anos iniciais. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 6, n. 13, p. 62-81, jan./mar, 2019.

Recebido em: 11/10/2024

Aprovado em: 18/11/2024

Publicado em: 20/12/2024